

## 2 Técnica, trabalho e espaço

Este capítulo tem como objetivo desenvolver os conceitos que contribuíram para a compreensão do objeto de estudo, a saber, o trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial realizada a partir da instalação da cadeia carne/grãos nos municípios localizados na área concentrada na produção de grãos no eixo da BR-163 mato-grossense, isto é, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. Nesta parte da dissertação objetivamos, portanto, esclarecer o embasamento teórico da pesquisa, tendo em vista a articulação dos conceitos-chave: técnica, trabalho e espaço. Vale ressaltar que tentamos explicitar a interrelação entre tais conceitos não só neste capítulo, mas em toda a pesquisa com o propósito de interpretar a realidade apresentada na área de estudo.

### 2.1 Técnica

As técnicas permitem “construir” o que se quiser, tanto na superfície quanto no fundo dos mares, nos desertos e nas montanhas, até nos espaços interplanetários. As informações sobre qualquer região do espaço podem ser concentradas em um ponto qualquer onde se instalará um computador de performance suficiente, e se poderá transportar o aço e o cimento para onde forem necessários. A penúria do espaço só se observa em “lugares” definidos: nos arredores dos centros que se mantêm nas centralidades historicamente realizadas ou se estabelecem fora delas.

Henri Lefebvre (2008, p. 124).

O interesse pelo conceito de técnica nesta dissertação advém da necessidade de compreender como a introdução de inovações tecnológicas contribui para transformações no “mundo do trabalho” e na (re)organização das atividades e do espaço nos municípios em que a cadeia carne/grãos tem se desenvolvido. Isso ocorre na medida em que novas ações são introduzidas, promovendo a instalação de novos fixos que resultam na entrada de fluxos novos, mesclando-se à organização pré-existente.

Destarte, fomentamos a discussão apontada a partir de uma tentativa de fornecer elementos gerais para construir um panorama das mudanças em curso no processo de construção de um meio técnico, que se realiza a partir de uma intrínseca relação entre técnica, ciência e informação. Afinal, como bem coloca Cardoso (2008), a busca pela lucratividade na cadeia carne/grãos promove, por meio de novos processos, mudanças nas relações sociais de produção e transformações espaciais pautadas em emergenciais novos padrões tecnológicos, que asseguram as condições ampliadas de reprodução do capital.

Neste sentido, a técnica – material e/ou procedimento ou conjunto de procedimentos que são criados e aplicados, tendo como objetivo o alcance de um determinado resultado – é apresentada como meio instrumental utilizado para a constante (re)criação do espaço.

O período atual, que é identificado por alguns autores como “pós-modernista” e corresponde ao aprofundamento da integração econômica, política, social e cultural intensificado a partir da década de 70, está embasado no modelo de produção pós-fordista ou de acumulação flexível e apresenta especificidades que atingem os espaços de formas distintas e em tempos diferenciados, tornando-os ainda mais heterogêneos, apesar de globalizados. Tais processos de mudança ocorrem no contexto da globalização/mundialização, fenômeno que ressalta as particularidades de cada espaço ao promover a crescente integração das diversas partes do mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação, sendo o resultado de ações e interações entre diferentes atores locais, nacionais e supranacionais.

A partir do exposto, nos questionamos: de que forma as mudanças técnico-científicas atuais atingem as atividades da cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense, no eixo da BR-163? Apresentamos esta indagação como promotora de reflexões acerca do modelo técnico-científico utilizado na efetivação da cadeia carne/grãos, articulando tais transformações às novas exigências por trabalho acompanhadas por alterações espaciais. Mediante uma abordagem voltada para tais questionamentos, com base em Harvey (1996), sobretudo, fazemos uma breve explanação do que compreendemos como modernismo e “pós-modernismo” no contexto de instauração do “pós-fordismo” ou acumulação flexível, configurando uma visão panorâmica das mudanças técnicas em curso na construção de um meio técnico-científico-informacional, identificado por Santos (2006).

Para Harvey (1996), o pós-modernismo é um movimento, uma fase do modernismo. Não é uma ruptura com este movimento e elaboração de algo completamente diferente do que se estabeleceu com a implementação da Modernidade, mas uma transformação interna a este processo. Pós-moderno significa uma espécie de reação ao modernismo ou tentativa de afastamento do que ele propõe. O pós-modernismo representa uma contra-corrente que não passa de uma versão do modernismo. Neste sentido, o autor sinaliza a necessidade de se reconhecer e analisar as particularidades da

contemporaneidade em diferentes contextos, considerando como o próprio significado e percepção do tempo e do espaço variam.

Conforme o autor, o modernismo universal tem sido identificado como a crença no progresso linear, nas verdades absolutas. Em contraste, o pós-moderno privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso acerca da sociedade. Tendo a década de 1970 como referência temporal, a fragmentação e a indeterminação são marcos do pensamento pós-moderno. De uma produção capitalista fordista baseada, sobretudo, na produção em série massificada, com mercados padronizados e homogêneos, da centralização passamos à produção capitalista pós-fordista, que se baseia na acumulação flexível. Esta envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, apontando para a flexibilidade em técnicas de produção, em mercados de trabalho, nichos de produtos e consumo, agindo através da descentralização da produção, valorizando a multiplicidade, a diferença, exigindo um trabalhador flexível e polivalente que saiba lidar com a técnica, exigências estas que não se restringem às cidades.

Em consonância com Santos (2006, p. 29), compreendemos a técnica como um “conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, idéia reafirmada por Rua:

O instrumental mais evidente da modernização e, mais recentemente do desenvolvimento têm sido as técnicas, um conjunto de elementos materiais e imateriais que marca a dinâmica da sociedade como elemento fundamental nas relações entre essa dinâmica e a natureza (RUA, 2007, p. 149).

Santos (2006) discute a técnica incluindo a dimensão socioespacial através do meio técnico-científico-informacional, que apresenta profunda interação da ciência e da técnica. Os objetos técnicos tendem a ser técnicos e informacionais, simultaneamente. Com isto, em suma, alarga-se o espaço da circulação, necessita-se de melhor fluidez e flexibilização dos regulamentos sob um processo de acirrada competição. Neste sentido, antes de Santos (2006), Ellul (1968) percebeu que a técnica não é composta somente de objetos, mas de ações técnicas, apreendendo o fenômeno técnico contemporâneo em duas dimensões: a racionalidade e a artificialidade. A artificialidade torna o objeto técnico concreto, portador de virtualidades que o distinguem e tentam distanciarlo das incertezas da natureza, indicando a intencionalidade presente nos objetos e, a partir desta artificialidade, há a construção da racionalidade, mas, diferente de Santos, atribuiu à técnica certa personificação ao considerar o homem

impotente mediante sua atuação praticamente autônoma, revelando, assim, uma face determinista com a qual não concordamos.

Segundo Vieira Pinto (2005), a técnica pode ser entendida como a união da máquina e do método, e quando concretizada em um objeto ou aparelho atuante sobre os corpos, é reveladora da união da forma e do conceito. A técnica é (re)produzida e aplicada por e a partir de uma “razão técnica” carregada de intencionalidade. Neste sentido, Harvey (1996) e Chesnais (2000) assinalam que um dos níveis de análise do período atual é o regime de acumulação, enquanto cerne do sistema capitalista, estando intimamente ligado à concentração de novas técnicas em um contexto de profundas mudanças em uma totalidade sistêmica.

Reconhecer o lugar da ciência e da tecnologia na contemporânea fase capitalista e, sobretudo, na maneira como atinge a agricultura do cerrado mato-grossense é de suma importância para se entender o notável e dinâmico atual processo de produção do espaço, pois a ciência aplicada, hoje, determina a técnica a ser implantada. Trata-se, portanto, de uma busca de reconhecimento e análise das grandes mudanças em curso, instaurando e resultando em transformações no meio técnico-científico-informacional.

Santos (2006) coloca que passamos de um meio natural a um meio técnico-científico-informacional, processo que ocorreu por meio de profundas mudanças na relação do homem com a natureza e com os próprios homens. Em um meio denominado “natural”, o homem utilizava a natureza para a reprodução da vida, valorizando essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse “meio natural” generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. O período posterior, chamado de meio técnico, evidencia a emergência do espaço mecanizado, que, crescentemente, passa a ser formado do “natural” e do “artificial”. É assim, que, nos anos 1980/1990, temos a chegada da fase técnico-científico-informacional do capitalismo nos países do “Terceiro Mundo”, que se distingue das anteriores por apresentar profunda interação da ciência e da técnica, o que alguns autores chamam de tecnociência tamanha a inseparabilidade entre os dois.

Essa nova etapa da produção capitalista foi instaurada no esteio de um processo que culminou com uma série de descobertas e evoluções de domínio tecnológico, que também alcançaram o campo, vinculada à inserção de enorme quantidade de tecnologia e informação, ligada diretamente à informática, à robótica, à telecomunicação, à química, ao uso de novos materiais, à biotecnologia, à engenharia e à genética, dentre muitos outros, passando a fazer

parte de praticamente todos os segmentos produtivos que têm interesse e capital para investir em tais estratégias de produção. São transformações que atingem a agricultura moderna da área concentrada da BR-163 mato-grossense com a evidente mudança do modelo técnico-produtivo no que tange aos padrões mecânico, químico e biológico (BERNARDES, 2006), o que viabilizou a instauração da cadeia carne/grãos em um período mais recente, isto é, a partir dos anos 2000.

Como padrão mecânico, consideramos a introdução e a modernização constante das máquinas utilizadas na produção; no que tange ao padrão químico, nos referimos ao avanço na análise e adaptação dos solos para a produção, viabilizando a sua adequação com o uso de agroquímicos, isto é, fertilizantes, adubo e pesticidas diversos; e, por fim, o que denominamos padrão biológico é a biotecnologia voltada para a agricultura e para a ciência de alimentos, fazendo uso da informação genética ao criar as sementes melhoradas e os transgênicos, por exemplo.

Dentre os itens indispensáveis ao modelo técnico produtivo atual, que forja o meio técnico-científico-informacional, chamamos a atenção para as tecnologias ligadas às telecomunicações, à infraestrutura em transportes e o trabalho. As tecnologias ligadas às telecomunicações (redes de computadores, satélites) possibilitam a velocidade das informações, do capital e das mercadorias; a infraestrutura em transportes (rodovias, aeroportos e portos, dentre outros) constitui o aparato logístico que garante os fluxos. Por fim, é mister ressaltar a importância do trabalho, uma vez que, com toda a introdução de máquinas e equipamentos de última geração, não é possível se abster de mão-de-obra nos distintos processos produtivos. Neste sentido, apesar de se evidenciar a tendente redução no número de trabalhadores empregados em cada setor da economia que dispõe de tais técnicas, o trabalho vem mudando de natureza, mas continua ocupando função singular no processo produtivo e passa a se caracterizar por exigir um trabalhador que seja capacitado para lidar com a técnica, o que veremos melhor na discussão acerca do conceito de trabalho.

No meio técnico-científico-informacional, portanto, os objetos técnicos tendem a ser técnicos e informacionais, simultaneamente, já surgindo como informação devido à extrema intencionalidade de sua produção e localização (SANTOS, 2006). A ciência, a tecnologia e a informação estão na própria base da produção, do uso e do reordenamento do espaço. Assim, o que antes se restringia às cidades, inclui, hoje, o mundo rural e funda cada vez mais cidades neste mundo. A incorporação da tecnologia da informação na produção e nas

práticas agrícolas tem a década de 80 como referência, mas tem sido incrementada, recentemente, sobretudo, a partir dos anos 2000 na área concentrada da agricultura moderna localizada no eixo da BR-163 mato-grossense.

Na área em que identificamos a instauração da cadeia carne/grãos, a produção de grãos, especialmente, o cultivo de soja, destaca-se pelo alto nível de informatização marcado pela utilização da agricultura de precisão. Em consonância com Aracri (2006), identificamos a agricultura de precisão como uma prática agrícola na qual há utilização de tecnologia de informação baseada no princípio da variabilidade do solo e do clima. Assim, a partir de dados específicos de áreas “geograficamente” referenciadas, o processo de automação agrícola é implantado com a dosagem de adubos e defensivos. São práticas de interferência com o fim de estabelecer condições ideais às espécies cultivadas na agricultura, utilizando-se da geoestatística, que é a análise de amostras georreferenciadas. As ferramentas que possibilitaram o desenvolvimento deste tipo de agricultura foram os microprocessadores e os aparelhos de posicionamento global por satélite (GPS), que acoplados a colheitadeiras e semeadeiras, dentre outros implementos agrícolas, viabilizam o levantamento de dados, sua tabulação cumulativa e aplicação dosada e localizada de insumos, reduzindo custos e otimizando o processo produtivo agrícola, além de diminuir a contaminação da natureza pelos defensivos utilizados, resultando em aumento da produção e implicando na redução da demanda por trabalho na atividade.

Velocidade, instantaneidade e simultaneidade são características do meio técnico-científico-informacional, que ocorre no esteio da reestruturação da produção e do trabalho no sistema capitalista. Vale ressaltar, portanto, que o sistema capitalista sempre buscou a redução das distâncias, o que significa redução do tempo de produção, de circulação e de consumo de mercadorias, dos custos de produção (HARVEY, 1996). O autor defende que estamos em um novo regime de acumulação, a acumulação flexível, que abriu uma nova fase de compressão tempo-espço nas relações sociais capitalistas, que passam a se pautar na maior velocidade dos meios de comunicação e de transportes em um mercado financeiro mais ágil, a espacialização e a fragmentação da produção em diversas localidades aliados a um sistema de subcontratações e de reabilitações da mão-de-obra na busca por um trabalhador mais flexível. A compressão tempo-espço corresponde a processos que recaem sobre o tempo e o espaço, revolucionando as qualidades objetivas dos mesmos e a maneira como os entendemos e os representamos (HARVEY, 1996).

Segundo Santos (2006), a união entre a técnica, a ciência e a informação ocorre no mercado, que se torna global, apesar do novo não ser difundido de maneira generalizada e total, a presença dos objetos técnico-informacionais marca a totalidade do espaço, espaço este que é equipado e organizado de forma a possibilitar a circulação de tais objetos e das mercadorias. Simultaneamente, há o incremento da importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos) e o crescimento do número e da importância dos fluxos. É possível produzir muito mais por unidade de tempo e de superfície, o que fica evidente nos significativos aumentos em rendimento médio da terra na área concentrada da BR-163 mato-grossense.

São transformações vivenciadas pelo capitalismo como aponta Harvey (1996), que, ao sintetizar sobre a acumulação flexível ou pós-fordismo, indica o surgimento de novos setores de produção, assim como novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, de taxas intensificadas de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais, além de mudanças no papel do Estado. No entanto, como discute Fiori (1995), o capitalismo, mesmo em seu período atual, não elimina o Estado e não ocorre à revelia deste, não resulta exclusivamente das forças de mercado, não sendo também um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador.

A globalização/mundialização, caracterizada pelo aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, não podia desenvolver-se, nem mesmo ser imaginada, não fosse um potencial até então largamente inexplorado, o das “tecnologias da informação”. A revolução tecnológica que, teve como marco a década de 1970, levou à globalização/mundialização, mas esta, inversamente, permitiu e depois exigiu o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e de suas aplicações, tornando o capital ainda mais necessário (GORZ, 2004).

O quadro de mudanças apontado é gerado em um contexto de significativa alteração das noções de espaço e de tempo, onde “quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência (...), numa ditadura do movimento (...)” (HAESBAERT, 2008, p. 380). Nesse contexto de transformações, assiste-se à desvalorização e mudança de sentido do trabalho no seio da própria classe, fenômeno que se desdobra por e a partir do surgimento de novas situações e conflitos, que buscamos abordar no sub-capítulo a seguir.

## 2.2 Trabalho

O trabalho não é “um bem”: é uma atividade necessária, exercida na época moderna, segundo normas definidas pela sociedade, à demanda desta, e que traz a cada um o sentimento de que é capaz de fazer aquilo que a sociedade precisa. Traz reconhecimento, socializa e confere direitos por sua demanda. O trabalho retira-nos da solidão privada; é uma dimensão da cidadania

André Gorz (2004, p. 96)

Entendemos, como Vieira Pinto (2005), que a história dos homens é, no fundo, a história do trabalho que fazem, sendo a cultura a forma como fazem este trabalho. Assim, partindo da natureza histórica de cada produto técnico, o seu fio da história liga tempos distintos. Neste sentido, o estudo das transformações no mundo do trabalho tem íntima relação com a técnica e esta última com as mudanças no mundo do trabalho, bem como com as (re)organizações espaciais promotoras e resultantes de tais transformações. Assim, optamos por tratar primeiramente do conceito de técnica por interpretarmos que, apesar de nossa pesquisa dedicar-se mais ao estudo do trabalho, reconhecendo, porém, que técnica, trabalho e espaço estão interrelacionados, são as mudanças no nível técnico que mais promovem novas exigências no que se refere ao trabalho.

Na área concentrada da agricultura moderna sob influência da BR-163 mato-grossense, o modelo técnico-produtivo é alterado a partir da implementação da cadeia carne/grãos que, para se realizar, depende da introdução de objetos e ações desenvolvidos sob uma nova demanda por trabalho, que se realiza em um espaço (re)organizado em sua materialidade e imaterialidade. Assim, o trabalho assume um papel de suma importância na realização e na compreensão de tais processos, sem perder de vista sua relação com a técnica e a (re)organização do espaço geográfico. Não tendo como objetivo realizar um aprofundamento no estudo da natureza do trabalho, para entender tal realidade em termos de trabalho, induzindo a interrelação entre técnica e espaço, dentre outros, nos valemos de discussões levantadas por autores como Antunes (1999, 2004, 2005 e 2007), Castel (1998) e, sobretudo, Gorz (2004).

Para começar, é mister reconhecermos que os avanços tecnológicos, científicos e informacionais têm operado grandes mudanças no processo de produção e no mundo do trabalho. Marx já assinalava que uma das tendências do capitalismo é o crescimento cada vez maior da base técnica por meio dos investimentos em tecnologia e ciência, desenvolvendo uma interação cada vez



mais complexa entre trabalho vivo e trabalho morto. O trabalho vivo é o trabalho no momento exato de sua produção/criação, é a capacidade viva de trabalho. O trabalho morto, materializado no maquinário, enquanto resultado de um trabalho vivo passado, isto é, realizado em uma fase precedente, surge como meio para substituir o trabalho vivo ou, pelo menos, como meio de fazer diminuir o número de trabalhadores, aumentando a mais-valia, ou seja, o lucro. Assim, o trabalho morto é uma maneira de substituir ou diminuir o trabalho vivo, o que aponta para avanços em termos de técnica (OKONOMI, 1982 apoiado em MARX, 1863). No contexto de nossa área de estudo, no que se refere à instalação da cadeia carne/grãos na BR-163, vemos o avanço do maquinário acompanhado do recuo de certo tipo de trabalho humano.

O trabalho do tipo regular vai sendo ocupado por trabalhos temporários, parciais e até subcontratados. Se no fordismo o operário não participava do processo de fabricação, no pós-fordismo ocorre o contrário, reagrupa-se o que o taylorismo havia dicotomizado, ou seja, os aspectos manuais e intelectuais do trabalho (ANTUNES, 2005). Entretanto, não obstante, como discute Antunes (1999, 2004, 2005 e 2007), mesmo na conjuntura atual, os trabalhadores ainda são peças vivas de fundamental importância no processo produtivo, o que reafirma a permanência do trabalho e das relações de trabalho no interior da produção. Contudo, são evidentes as transformações no âmbito do trabalho como indica Salgado (2004, p. 10):

De um lado, há a exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo de trabalho por meio de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou intercompreensão. Por outro lado, verifica-se um processo de instabilização, precarização dos laços empregatícios, aumento do desemprego prolongado e flexibilidade no uso da força de trabalho (...). E esse movimento é global e mundializado (SALGADO, 2004, p. 10).

Nessa conjuntura, o agronegócio da BR-163 mostra sua força com a reestruturação da base técnica produtiva, reestruturação esta que se pauta nas revoluções da informática e da biotecnologia, que se concretizam com o aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, resultando na redução do trabalho humano agrícola sem, reduzir, entretanto, sua importância. O que há, portanto, é uma interação entre o trabalho vivo (ser humano) e o trabalho morto (máquina), pois o capital não pode se reproduzir sem o mínimo de trabalho vivo que seja (Antunes, 2005). Portanto, o meio técnico-científico-informacional não pode abdicar do trabalho, a introdução de máquinas

inteligentes utiliza-se do trabalho intelectual dos trabalhadores, passando o saber intelectualizado do trabalhador para a máquina.

A década de 1980, período de grande salto tecnológico, presenciou significativas transformações, desde as formas de inserção do trabalho na estrutura produtiva, às formas de representação sindical e política, sinalizando um período de mudanças que, no contexto de transformações em outras escalas (mundial e nacional), na agricultura moderna da área de estudo, se consolidou na década de 1990, tendo significativas mudanças nos anos 2000, quando se passa a uma diversificação da produção a partir da instauração da cadeia carne/grãos. De forma geral, há mudanças no interior do mundo do trabalho, sintomáticas de uma “crise” advinda de uma série de transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, que desencadeou uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas sociopolíticas, resultando em transformações repercutidas também na subjetividade, na forma de ser do trabalhador (ANTUNES, 1999, 2004).

Nos anos 1980, conforme Antunes (2004), o Brasil, sob o fim da ditadura militar, ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal em curso acentuado nos países capitalistas centrais. Nesta época, ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nosso país, o que levou as empresas a adotarem, ainda de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho. Ocorre a ampliação da informatização produtiva, marcando o início dos usos do sistema *just-in-time*, nos programas de qualidade total, ampliando, inclusive, a difusão da microeletrônica. Antunes afirma ainda que se deu início aos métodos denominados participativos, que procuram o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas.

Ainda nos primeiros anos da década de 1980, quando o cerrado mato-grossense vivenciou o primeiro “boom” da soja, possibilitado por incrementos em inovações técnicas, há a reestruturação produtiva, que se caracteriza pela redução dos custos através da redução da força de trabalho. “De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados (...)” (ANTUNES, 2004, p. 17), dentre outros. Durante a segunda metade da década de 1980, com a recuperação parcial da economia brasileira, ampliaram-se as inovações

tecnológicas através da introdução da automação industrial de base microeletrônica.

Entretanto, somente nos anos 1990, quando a agricultura moderna se intensifica e se consolida na área sob influência da BR-163 mato-grossense, resultando em aumento significativo da produção, há o desenvolvimento e a intensificação da reestruturação produtiva do capital no Brasil através da implantação de vários receituários advindos da acumulação flexível e do ideário japonês. Em conformidade com o ideário e a prática definidos no Conselho de Washington<sup>2</sup> seguidas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, foram presenciadas transformações, configurando uma realidade que comporta elementos de descontinuidade e de continuidade em relação às fases anteriores, combinando processos de enxugamento da força de trabalho, acrescido de mutações sócio-técnicas no processo produtivo e na organização social do trabalho. Destarte, se o processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos de 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi a partir das décadas seguintes que se ampliou significativamente (ANTUNES: 1999, 2004), o que, no caso da área concentrada da BR-163 mato-grossense se evidencia mais especificamente a partir da instauração da cadeia carne/grãos, solução para a “crise” dos anos 2000.

O incremento tecnológico e a característica descentralização produtiva apontam para a fragmentação do trabalho, aumentando a capacidade de exploração do capital e controle sobre a força de trabalho. Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e por maior adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 1999). Não se trata apenas de uma revolução tecnológica, mas de uma profunda revolução nas relações de poder (GONÇALVES, 2006).

Baseada no tripé: técnica, ciência e informação, a expansão e a consolidação da agricultura moderna em Mato Grosso, apontam para essa nova fase do capitalismo evidenciada em termos de trabalho em sua redução e “precarização”, assentada, sobretudo, no subemprego (BERNARDES, 2005), cabendo relativizar o que chamamos de “precário”, já que pode assim ser considerado por uns e não por outros. Como sinaliza David Harvey (1996), tudo isso leva à intensificação de mudanças nos processos de trabalho e à

---

<sup>2</sup> O Conselho de Washington, formulado em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial, se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional – FMI em 1990, sendo receitado para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

aceleração da desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas exigências do capital, que instituem relações de trabalho, selecionando uma mão-de-obra com maior capacidade para lidar com a técnica.

Na área concentrada da agricultura moderna da BR-163, constata-se a introdução de novos sistemas técnicos e de distintas relações de trabalho atrelados à significativa (re)organização espacial, onde, apesar da expressiva expansão em área, objetiva-se, sobretudo, o alcance de excedentes a partir do aumento da produtividade do trabalhador. Padrões de eficiência são instaurados a partir da normatização de exigências institucionais e individuais, que sobrecaem com maior intensidade na mão-de-obra que compõe este fictício “mercado de trabalho”.

Nesse sentido, ao tratar do futuro do trabalho, Offe (1985) aponta para a extrema artificialidade do “mercado de trabalho”. Lembra que o que se compra é “força de trabalho” e não o trabalho em si, já que não se compra o seu proprietário. O mercado de trabalho é uma ficção. A mercadoria trabalho não tem uma natureza distinta, não é uma mercadoria genuína. Em consonância com Offe (1985), Castel (1998, p. 329) apoiado em Cheysson (1897) coloca que:

(...) atrás da mão-de-obra, esta abstração econômica, há (...) um homem com sua vida e suas necessidades. Se alguém faz questão de considerar que o trabalho é uma mercadoria, é uma mercadoria, mas *sui generis*, não se parecendo com nenhuma outra e tendo leis absolutamente especiais. Com ela, toda a personalidade humana que está em jogo.

A globalização/mundialização, a intensificação da concorrência em todos os mercados serve para legitimar tudo que se quiser, o desmantelamento das proteções sociais, a explosão do desemprego, a “precarização” dos empregos, a deterioração das condições de trabalho, a diminuição dos salários reais etc (GORZ, 2004, p. 24). Entretanto, Castel (1998) vê a condição salarial como o alicerce sociológico, defende que a problemática social como se manifesta hoje decorre do enfraquecimento da condição salarial. Coloca ainda que o assalariado<sup>3</sup> acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. A sociedade salarial é uma construção histórica que sucedeu a outras formações, mas não é eterna.

---

<sup>3</sup> Salarizado ou assalariado é a pessoa que recebe um salário como pagamento por seu trabalho. Salário é o pagamento ou penhora que se dá a alguém em consideração de seu ofício ou em recompensa de seus esforços ou dos serviços que prestou em alguma ocasião (CASTEL, 1998, p. 205).

A condição de assalariado está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, porém, durante muito tempo, foi uma das situações mais incertas e uma das mais indignas e miseráveis pelo grau de dependência ao qual os trabalhadores são submetidos.

Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava (...). Estar ou cair na condição de assalariado era instalar-se na dependência, ser condenado a viver “da jornada” (CASTEL, 1988, p. 21).

De acordo com Castel (1988), somente nos anos 60 a condição de assalariado chegou a superar essas “desvantagens”, tornando-se a matriz de base da “sociedade salarial” moderna, passando do mais completo descrédito ao estatuto de principal fonte de renda e de proteções.

Na relação entre trabalho e mercadoria, Castel (1988) defende que a quantidade de trabalho não pode aparecer como a única fonte do valor de uma mercadoria. Afirma ainda que o trabalho não mantém uma relação visível e clara com a riqueza e, menos ainda, a riqueza com o trabalho: via de regra, os mais ricos trabalham menos ou absolutamente não trabalham, segundo o autor.

Castel (1998: 230), apoiado em Arendt (1993, p. 114-115), resume as principais etapas da promoção da concepção moderna do trabalho da seguinte forma:

A ascensão repentina, espetacular, do trabalho, passando do último lugar, da situação mais desprezada, ao lugar de honra e tornando-se a mais considerada das atividades humanas, começou quando Locke descobriu no trabalho a fonte de toda propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que o trabalho é a fonte de toda riqueza; atingiu seu ponto culminante no “sistema de trabalho” de Marx, em que o trabalho se tornou a fonte de toda produtividade e a expressão da própria humanidade do homem.

A condição de assalariado não é só um modo de retribuição do salário, mas a condição a partir da qual os indivíduos estão distribuídos no espaço social. O assalariado é julgado-classificado por sua situação de emprego e existe socialmente a partir dessa posição. Segundo Castel (1998), a “profissão” traça a linha divisória entre os “incluídos” e os “excluídos” do sistema social.

Segundo tal abordagem, a “exclusão” não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações pouco escolarizadas, mal alojadas. Assim,

não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos vulneráveis como, por exemplo, aqueles que ainda trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês (CASTEL, 1998, p. 569). Portanto, querendo ou não:

(...) quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na “pós-moderna” ou como se quiser chamá-la, ainda assim a condição preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in” (...) (CASTEL, 1998, p. 34).  
Empregados e empregadores: trata-se de posições complementares, antes de se revelarem antagônicas (CASTEL, 1998, p. 235).  
Não há “in” nem “out”, mas um continuum de posições que coexistem no mesmo conjunto e se “contaminam” umas às outras (...) (CASTEL, 1998, p. 568).

Corroborando com Castel (1998), Silva (2004, p. 41) aponta para a idéia de exclusão-inclusão precária levando em conta as fissuras entre a “exclusão” e a “inclusão”. Reporta-se à necessária redefinição do termo precariedade, que sempre acompanhou o viver do trabalhador, definindo-se pela formalidade e estabilidade do trabalho nunca terem existido de fato. O que existe são momentos intermitentes, podendo-se dizer que o trabalhador já nasce enquanto precário, eventual e inconsistente.

O estado de assalariado é uma forma de aluguel da pessoa do trabalhador mais do que a venda de sua força de trabalho. A condição de assalariado remete a uma extrema diversidade de situações que caracterizam, quase que exclusivamente, atividades sociais impostas pela necessidade e enquadradas por relações de dependência (CASTEL, 1998).

Respeitadas as diferenças, repete-se em parte o que foi instaurado na condição proletária do início da industrialização, principalmente no que tange à remuneração. De forma geral, o “trabalhador” recebe uma remuneração próxima de uma renda mínima que, por vezes, assegura, precariamente, a sua reprodução e de sua família.

Contudo, na perspectiva da consciência empresarial figuram, sobretudo, a quantidade e a qualidade dos produtos, mediadas pelo lucro angariado por estes. A grande preocupação dos representantes do capital gira em torno do emprego cada vez maior de tecnologias avançadas (SILVA, 2004). Raramente se inclui em sua percepção do processo produtivo o valor existencial do ser humano, dos trabalhadores utilizados. Os autênticos valores humanos não participam desta representação (VIEIRA PINTO, 2005).

A noção de que é preciso que o corpo seja produtivo, leva à negação da possibilidade do trabalhador estar ou vir a ficar doente (DEJOURS, 1992 citado por SANTOS, 2004). É fato que o trabalhador pode ser temporariamente privado,

por uma doença ou um acidente, da capacidade de garantir sua sobrevivência, sem ser responsável por isso. Contudo, a fixação do salário obedece às leis da economia política que não levam em conta tais impedimentos:

O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de trabalhadores sem trabalho. (...) “inúteis” para o mundo (CASTEL, 1998, p. 496).

Constituídos majoritariamente por imigrantes, por mulheres e jovens sem qualificação, por trabalhadores de certa idade, que são “incapazes” de acompanhar as “reconversões” em curso, os “trabalhadores periféricos” ou “incluídos mais precariamente” ocupam as posições mais penosas e mais precárias na empresa, têm os salários mais baixos e são os menos cobertos pelos direitos sociais. Na maioria das vezes, ocupam empregos instáveis, sazonais, intermitentes. Sofrem prioritariamente os contragolpes das variações da demanda de mão-de-obra. Como sinaliza Castel (1998), acampam nas fronteiras da sociedade salarial muito mais do que dela participam integralmente.

O “mercado de trabalho” se estabelece cada vez mais a partir de relações de interdependência com o setor informal. O trabalho informal é o tipo de trabalho desvinculado de qualquer empresa, ou seja, é o trabalho onde não há vínculo empregatício por meio de documentação legalizada, tipo de trabalho que teve grande crescimento no Brasil a partir da década de 1990. Com o aumento do desemprego, causado pela automação, muitos passaram a incrementar este setor, que deve ser compreendido como uma dimensão do “mercado de trabalho”, segundo Offe (1985). De maneira não-dicotômica, já que o trabalho informal surge como uma alternativa à redução e difícil acesso ao trabalho formal, o trabalho formal e o trabalho informal devem ser entendidos como faces de uma mesma moeda, havendo, neste sentido, formalizações da atividade informal (OFFE, 1985).

Mediante a conjuntura explicitada, como sinaliza Castel (1998), o trabalhador torna-se incapaz de fazer grandes inferências acerca de seu futuro e, assim, não domina seu destino. Vive cada dia e bebe, numa tarde de pagamento, o salário da semana. Está à mercê da doença, do acidente, do desemprego, dos encargos familiares, da velhice que poderá deixá-lo sem recursos:

O operário dá seu trabalho, o patrão paga o salário combinado, a isso se reduzem suas obrigações recíprocas. A partir do momento em que não tem mais

necessidade de seus braços (...), o patrão manda-o embora e cabe ao operário encontrar uma saída para a sua situação (CASTEL, 1998, p. 329).

A força de trabalho é mais explorada e limitada em sua reação em defesa e/ou luta por seus próprios direitos, quadro que varia de acordo com o grau de consciência do trabalhador, o que, geralmente, está atrelado ao seu nível de escolaridade, grupo social, envolvimento e posicionamento político.

Muitos dos que já estão “fora do trabalho” estão mais garantidos do que aqueles que ainda trabalham. Os que se preparam para entrar na vida profissional temem a tendência do “sempre menos”: menos benefícios, menos gratificações, menos garantia, menos direitos, menos segurança, menos independência, menores salários proporcionais, menos empregos, menos lazer, menos reivindicações, menos hoje e amanhã, menos de você, menos de mim, menos vida.

Aposentados sustentam familiares, isto é, famílias sobrevivem à custa de aposentados, que, por vezes, ainda trabalham para incrementar a renda e sustentam netos e/ou bisnetos, além de ajudarem seus próprios filhos. Trata-se da “crise do futuro” em uma sociedade em que os idosos estão mais garantidos quanto ao porvir do que os jovens (CASTEL, 1998). Há a paulatina perda de sentido do futuro, que é decomposto em sua base em termos de um possível desenvolvimento de estratégias cumulativas que tornariam o amanhã melhor para viver do que o hoje como discute Castel (1998).

O quadro atual, de certo, nos incita a fazer perguntas, levando-nos a reflexões ainda sem respostas: O que é “trabalho” para a sociedade atual? Estamos vivendo “o fim do trabalho” ou de uma determinada concepção de “trabalho”? Trata-se de uma crise? Mesmo sem a pretensão de responder à totalidade das indagações, concordamos com Gorz (2004, p. 9):

É preciso apropriar-se daquilo que se transforma. (...) É preciso ousar o êxodo. É preciso nada esperar das soluções sintomáticas da “crise”, pois não há mais crise: um novo sistema instalou-se e este sistema abole maciçamente o “trabalho”. Restabelece as piores formas de dominação, de sujeição, de exploração, obrigando todos a lutarem contra todos em busca desse “trabalho” que o próprio sistema aboliu. Mas não cabe lastimar esta abolição: o que se deve repudiar é a pretensão de perpetuar como um dever, como norma, como fundamento insubstituível dos direitos e da dignidade de cada um este “trabalho” do qual o sistema abole as normas, a dignidade e o acesso. É preciso ousar o êxodo da “sociedade do trabalho”: ela não existe mais e não será mais restabelecida. (...) É preciso que o “trabalho” perca sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos. É preciso aprender a vê-lo sob um outro olhar: não mais pensá-lo como algo que possuímos ou não possuímos, mas como algo que fazemos.



Castel (1998) pensa o trabalho enquanto um suporte privilegiado de inscrição da estrutura social. Neste sentido, atualmente, “o que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. É impossível imaginar algo pior” (CASTEL, 1998, p. 7).

Segundo Vieira Pinto (2005), quanto mais elaborada é a capacidade de trabalhar do homem, mais humanizado ele se torna. O trabalho é a fonte básica para o estudo de sua existência. “Há algo da forma-homem na forma-trabalho e vice-versa” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 5). O modo pelo qual o homem vê o mundo tem como uma das causas condicionantes a natureza do trabalho que executa e a qualidade dos instrumentos e processos que emprega. Estudar o trabalho e a tecnologia corresponde a investigar a cultura deste homem.

É o que o autor chama de “homem-em-situação”, categoria de análise considerada ao se referir ao sujeito social morfológicamente confundido com o trabalho que exerce. Atrelado à condição salarial, à condição financeira do indivíduo, o *status* que o situa e o classifica na sociedade parece ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta. Assim, o consumo passa a comandar um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais, os “indicadores de uma classificação”. As pessoas manifestam, através do que consomem, seu lugar no conjunto social. Em consonância com Vieira Pinto (2005), Castel (1998) coloca que, na sociedade atual, o consumo de objetos significa o valor intrínseco de um indivíduo em função do lugar que ocupa na divisão do trabalho. Neste contexto, a centralidade do trabalho é recolocada em questão:

O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem (CASTEL, 1998, p. 18).

Mesmo com a introdução de inovações técnicas, que demandam mudanças qualitativas e quantitativas no tipo de trabalhador a ser contratado, o trabalho permanece como necessário e central na cidade e no campo. De acordo com Gorz (2004 apoiado em RIFKIN, 1995), o que denominamos como “o fim do trabalho” diz respeito ao término daquilo que todos têm por hábito denominar “trabalho”. Trata-se do trabalho próprio ao capitalismo industrial. Segundo o autor, é aquele que permite dizer que uma mulher “não tem trabalho”, embora consagre seu tempo a criar seus filhos, e que “ela tem trabalho” quando

dedica uma parte de seu tempo a criar os filhos alheios em uma creche ou escola maternal.

De acordo com Gorz (2004), é preciso abandonar o “trabalho” e a “sociedade do trabalho” para reencontrar o gosto e a possibilidade do “verdadeiro” trabalho. O trabalho que o capitalismo em sua última fase abole maciçamente é uma construção social, por isso, pode ser abolido. Compreende o trabalho como uma atividade social destinada a inscrever-se no fluxo das trocas sociais na escala do conjunto da sociedade, o que confere a ele uma função social identificada e normatizada na produção e na reprodução do todo social, devendo ser uma “profissão”.

Em princípio, a abolição massiva do trabalho, sua despadronização e desmassificação pós-fordistas, dentre outros fatores, poderiam ou deveriam abrir espaço social a uma profusão de atividades auto-organizadas e autodeterminadas em função de necessidades sentidas ou refletidas. Porém, tal liberação do trabalho e tal ampliação do espaço público não aconteceram (Gorz, 2004). Entendemos que tais possibilidades de mudança estão extremamente ligadas ao grau de consciência do trabalhador, como afirma Vieira Pinto (2005, p. 16):

O primeiro passo para a constituição da autoconsciência crítica do trabalhador; da qual decorre necessariamente a aquisição da linguagem escrita, está em fazê-lo tornar-se observador consciente de sua realidade; destacar-se dela para refletir sobre ela, deixando de ser apenas participante inconsciente dela (e por isso incapaz de discuti-la) (...).

Ainda, para Gorz (2004), o trabalho deveria deixar de ser alienado pelas próprias mãos do trabalhador, no ato da apropriação da técnica mais elaborada a seu favor, sinalizando que a liberdade em relação ao mundo do trabalho não resulta da recusa em participar do mundo tecnológico.

Por mais que se imponha o imperativo da “liberdade” do trabalho a partir do liberalismo, existe uma relação orgânica entre trabalho e coerção. O trabalho não conseguiria desenvolver-se “livremente”. É necessário enquadrá-lo por sistemas externos de coerções (CASTEL, 1998, p. 229). Neste sentido, importa destacar que a máquina impõe outros tipos de coerções. “Com ela não se discute”. Segue-se ou não o ritmo que a organização técnica do trabalho impõe. Além disso, as transformações tecnológicas em curso exigem empregados qualificados e altamente qualificados.

Castel (1998) sinaliza o intelecto como a forma mais importante da força de trabalho na atualidade, afirmando que, hoje, a fronteira entre o saber vivo e o saber-máquina é fluida, argumentando que o capital mais precioso é o homem,

vê-lo como recurso humano. Suas capacidades, de caráter estritamente humano, são integradas em um mesmo sistema junto com o intelecto inanimado das máquinas.

Os que trabalham devem ser também os que pensam. Os trabalhadores devem entender aquilo que fazem, o processo e o sistema de fabricação, em princípio, devem tornar-se um todo inteligível do qual assumem a responsabilidade e do qual se tornam e sentem-se senhores. O trabalho produtivo requer dos trabalhadores um nível geral de conhecimentos, *knowledge*, um *background* que, base de sua produtividade, entra no processo de produção como força produtiva imediata.

Conforme Castel (1998), o paradigma da organização vê-se substituído por aquele da rede de fluxos interconectados. Destarte, ao invés de se anunciar uma possível liberação no/do trabalho, esta nova concepção significa, paradoxalmente, a sujeição máxima dos trabalhadores, obrigando-os a cumprir a função patronal e “o imperativo da competitividade”, fazendo-os erigir o interesse da empresa acima inclusive de sua saúde e de sua vida como coloca Gorz (2004, p. 41). Oferecem ao trabalhador uma “identidade de empresa” cuja fonte é a “cultura da empresa”:

A firma apresenta-lhe o tipo de conforto que oferecem as ordens monásticas, as seitas, as comunidades de trabalho: ela pede que renuncie a tudo (...) até mesmo a sua vida pessoal, a sua personalidade – para entregar-se de corpo e de alma à empresa que, em troca, lhe dará uma identidade, um pertencimento, uma personalidade, um trabalho do qual possa orgulhar-se; tornar-se membro de uma “grande família. O laço que estabelece com a empresa e com o coletivo de trabalho da empresa passa a ser o único elo social, absorve toda a sua energia, mobiliza toda a pessoa do trabalhador e traz o risco, para ele, da *perda total de si* quando, pela excelência indefinidamente crescente de seu desempenho, deixasse de merecer a confiança da firma, a consideração de seus colegas (...) Considera-se que a empresa funciona em vista do interesse comum e do bem comum de todos os seus membros. (...) Exige a dedicação incondicional e pessoal de cada um aos objetivos da empresa e instrumentaliza toda a pessoa – suas faculdades de linguagem, sua capacidade de aprender, de prever, de analisar (...) a serviço desse objetivo (GORZ, 2004, p. 47- 49).

Quanto mais se identificam ao trabalho e aos sucessos de sua empresa, mais os trabalhadores contribuem para produzir e reproduzir as condições de sua própria sujeição, para intensificar a concorrência entre as firmas, mais pesadas as ameaças pairam sobre o emprego de todos, inclusive o deles. Vivem perdendo a vida para ganhá-la. Vive-se permanentemente a condição de “exército de reserva”. Todos são ao mesmo tempo trabalhadores e desempregados potenciais (GORZ, 2004).

Os empregos são substituídos por situações de trabalho temporário ou de tempo parcial. O trabalho é contratado para um projeto ou para uma missão de duração determinada e seu tempo de lazer “é o intervalo que separa duas missões ou dois projetos”, onde a empresa apela a prestadores de serviços (GORZ, 2004, p. 62).

Substituindo a negociação coletiva pela negociação individual, os salários convencionais por remunerações individualizadas e revisáveis, a relação salarial pela relação comercial, há a sobreposição do poder de mando e das coerções exercidas pelas máquinas que os trabalhadores devem agora servir.

De acordo com Gorz (2004), exercemos, de modo descontínuo, múltiplos “ofícios” que acabam por não constituírem uma profissão identificável. A profissão é não ter nenhuma. Sinaliza-se a saída da sociedade do trabalho sem substituí-la por nenhuma outra. Neste sentido, somos/ou estamos todos ou quase todos “precários”, onde, dentre outros fatores, vivemos em uma instabilidade em que às vezes trabalhamos e por vezes não trabalhamos. Entretanto, o trabalho, aquele que fazem com que você faça, não aquele que você faz, conserva a centralidade na vida e na consciência de cada um, mesmo sendo “eliminado”, economizado e abolido em todos os níveis da produção. Para o autor, vivemos a extinção da “sociedade do trabalho”. O trabalho que desaparece é o trabalho em si, separável da pessoa que o fornece, o trabalho-mercadoria. Como assinala Gorz (2004, p. 68):

Pouco importa o trabalho desde que se tenha um emprego. Pouco importa o emprego, desde que se tenha um” (...). A mensagem ideológica mudou: de “que importa o trabalho, desde que o pagamento caia no final do mês”, transformou-se em “que importa o montante do pagamento desde que se tenha um emprego”, o que submete as pessoas à submissões, competições e traições para obter ou conservar o emprego, afinal “quem perde o emprego perde tudo”. O discurso social dominante exalta a centralidade do trabalho, apresentando-o como algo que se tem ou não. “O trabalho, um bem; o emprego um privilégio.

Nesta perspectiva, observamos que a centralidade do trabalho defendida por Antunes (1999, 2005 e 2007) é justamente a que critica Gorz (2004). Gorz (2004) analisa o trabalho em sua base filosófica, abordando as mudanças na própria concepção do que ele é hoje, identificando a perda da centralidade deste em seu sentido original. Para o autor, a tese da centralidade do trabalho, ao mesmo tempo em que postula uma posição central para o trabalho na sociedade atual e em seu dinamismo social, é crítica em relação à sociedade do trabalho vigente e negativa em relação à tendência evolutiva da mesma. Porém, questionando mais profundamente ou não o que chamamos de sociedade do trabalho, os dois autores defendem que profundas transformações estão em

curso na relação em que os sujeitos sociais, sobretudo, os jovens, mantêm com o trabalho e, seja em forma de emprego ou de trabalho, podemos constatar que o “trabalho” continua sendo o principal fundamento da vida em suas diversas dimensões.

A pretensão que tem a empresa de mobilizar a seu respeito a pessoa inteira do funcionário produz um resultado inverso. O desejo de equilibrar o trabalho-emprego com atividades autodeterminadas, o desejo de ser dono de seu tempo, de sua vida, da escolha e da realização de seus próprios fins; a possibilidade de trabalhar de modo descontínuo, de combinar o trabalho-emprego com atividades diversificadas passa a ser buscada, crescendo a desafeição ao “trabalho”.

A (re)produção social exige cada vez menos “trabalho” quantitativamente falando e distribui menos salários, tornando-se cada vez mais difícil encontrar um rendimento suficiente e estável por meio de um trabalho remunerado. Porém, o que falta não é o “trabalho”, mas a distribuição das riquezas em cuja produção o capital emprega um número cada vez menor de trabalhadores. “O remédio não é “criar mais trabalho”, mas repartir melhor todo o trabalho socialmente necessário e toda riqueza socialmente produzida” (GORZ, 2004, p. 85).

De acordo com Castel (1998), hoje, saber trabalhar é pouco. É necessário saber vender e se vender. Os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e fazer com que seja reconhecida em uma interação que mobiliza tanto o capital pessoal quanto uma competência técnica geral.

A perspectiva que agora se descortina e na qual é preciso posicionar-se é a de uma regressão do trabalho-emprego. Tornando-se a principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho, não mais sendo mensurável.

O incremento da produtividade que a tecnociência confere ao trabalho humano tem por conseqüência fazer mais da maximização do tempo disponível do que da maximização da produção, o sentido e o fim imanente da razão econômica. As empresas sempre reduziram o tempo de trabalho e continuam reduzindo-o, mês após mês. O patronato faz da redução do tempo de trabalho (RTT) um modo de gestão, um método, visando dar às empresas o domínio total do tempo (GORZ, 2004, p. 105).

O trabalho é tornado cada vez mais descontínuo. Entretanto, esta descontinuidade, a flexibilidade dos efetivos, mesmo que raramente, pode assumir formas que não significam a “precarização” do trabalho. A flexibilidade pode consistir no aumento ou na redução da descontinuidade do trabalho, no

aumento ou na redução da proporção de pessoas que se pode licenciar no mesmo momento, preservando-se, porém seu estatuto e sua segurança de emprego, o que devemos considerar, apesar de raramente ocorrer. “Todas as formas de descontinuidade impostas pelo emprego, de flexibilidade dos efetivos e dos horários, devem ser transformados em possibilidade de escolha e autogestão da descontinuidade e da flexibilidade”, segundo Gorz (2004, p. 109).

De acordo com o autor, o sistema dinamarquês é atualmente aquele que permite ir mais adiante neste sentido: o direito ao trabalho e ao não-trabalho estão ligados. Reconhece a todos o direito de trabalhar de modo descontínuo ao mesmo tempo em que reconhece o direito de cada um a uma renda contínua. Quanto mais o trabalho é intermitente, mais a segurança do emprego pode ser garantida e maior também é a liberdade dos ativos na escolha de seus tempos e períodos de trabalho. Cabe ressaltar, entretanto, que esta realidade dista bastante da que observamos no Brasil atual.

No fundo, o que é proposto por Gorz (2004, p. 111) é uma mudança do trabalho, reconciliando-o com uma cultura do cotidiano, uma arte do bem viver, que não se isole dele. Tornar o “trabalho” mais prazeroso e leve, reconhecendo-o como o é naturalmente, uma das dimensões da vida.

O trabalho é condição e fundamento básico da (re)produção do espaço. Sem a atividade humana de transformação, mediada pela organização social, o ambiente artificializado não poderia existir. As formas espaciais são criadas tanto através do trabalho intelectual, anterior à produção física de objetos, como via concepção destes objetos e do trabalho de construção das formas espaciais. A organização do trabalho depende, portanto, da organização da sociedade na qual está inserido, de suas estruturas e contextos, onde o Estado desempenha função importante. Em meio às incertezas que hoje são muito numerosas, pelo menos uma coisa é clara: ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio (CASTEL, 1998, p. 611).

Como bem coloca Castel, a forma como o trabalho é organizado em determinada sociedade, regendo diversos aspectos da vida de um trabalhador, também condiciona a maneira como este se apropriará do espaço. Dependendo do papel exercido no contexto do trabalho, muitas delimitações podem ser feitas a respeito da atuação social do trabalhador. Sua posição social, intimamente relacionada à sua função no trabalho, tem forte ligação com os espaços, formas de ocupação e construção que lhe são permitidas ou negadas.

As construções, máquinas, estradas, só têm sentido ao serem utilizadas, onde o trabalho novamente exerce função fundamental. Não só a criação das formas espaciais, mas o trabalho, também dota de sentido a vida e as formas criadas (Arruzzo, 2006). No decorrer do trabalho e, de maneira mais específica, no capítulo cinco desta dissertação, analisaremos as repercussões da conjuntura atual no que tange ao trabalho no contexto de instauração da cadeia carne/grãos em Mato Grosso.

Por fim, ressaltamos que a implementação de mudanças no trabalho ou em qualquer outra esfera da vida social está associada à compreensão das mudanças no espaço. Por isso, a seguir buscaremos entender esse espaço que, a partir da introdução de novos objetos e ações voltados para o desenvolvimento da cadeia carne/grãos, se realiza demandando um novo perfil de trabalhador, resultando em significativa (re)organização espacial.

### **2.3 Espaço**

Desde a institucionalização da Geografia como disciplina acadêmica, esta se viu diante da tarefa de compreender a produção, a organização e a diferenciação do espaço, desafio que se complexifica com a permanente transformação das sociedades e que também se coloca em nossa pesquisa, tendo em vista as particularidades do espaço de concentração da agricultura moderna em nossa área de estudo, o que viabiliza a realização da cadeia carne/grãos.

Nesta parte da dissertação, tratamos do conceito de espaço geográfico, considerando seu caráter dinâmico e temporal ao apontar para sua capacidade de (re)organizar-se ininterruptamente. Ressaltamos a importância da dimensão espacial para o estudo da sociedade, bem como sua significância para a reprodução humana, vendo no movimento um elemento nuclear para o estudo do trabalho no contexto de implantação da cadeia carne/grãos. Em consonância com Corrêa (2007, p. 28), reconhecemos que “(...) Em realidade o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social”. Para discutir o espaço sob tal compreensão, temos como pano de fundo a sua atual configuração, isto é, o panorama das mudanças em curso no esteio do meio técnico-científico-informacional, abordado de maneira mais específica no item em que tratamos do conceito de técnica. Para esta

discussão, utilizamos como base teórica Santos (1985, 2006), Corrêa (2007), Moreira (1999) e Lefebvre (1994 e 2008), sobretudo.

Milton Santos dedicou sua vida acadêmica à análise do conceito de espaço. Em sua construção teórica, o movimento foi um elemento central. Assim, para compreender a teoria do espaço do autor, é mister pensar o movimento. A teoria social exposta em *A Natureza do Espaço* (2006), que embasará nossa discussão, é uma teoria do movimento, da ação, onde sob o esteio de uma “formação sócio-espacial”, funde-se espaço e tempo como uma totalidade (CORRÊA, 1996). O espaço contém o movimento, assim como o movimento está contido no espaço (SANTOS, 1988). Vale dizer que a obra de Santos está fortemente inspirada em Lefebvre e em sua concepção de espaço social, leitura a partir da qual Santos (1985) propôs a análise do espaço fundado nas categorias forma, função, estrutura e processo e suas interrelações. Neste sentido, Santos (1985) não reconhece apenas a existência de um espaço geográfico, mas aponta para uma maneira de estudá-lo, o que é feito por uma análise que, simultaneamente, o decompõe e o une em sua totalidade articuladora.

De acordo com Santos (1985), *forma* é o aspecto visível, a aparência de um objeto visto isoladamente ou considerado no arranjo de um conjunto de objetos. A *forma*, portanto, não pode ser considerada em si mesma, já que a interpretamos a partir de pontos de vista e conjunturas às quais estamos submetidos. A noção de *função* implica em uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, isto é, a forma. No que se refere à categoria de análise *estrutura*, Corrêa (2007) coloca que, para se entender o que Santos (1985) chama de estrutura social, é mister considerar a forma e a função no contexto de sua inserção na estrutura social. Esta diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em certo momento do tempo, sem o que não captamos a natureza histórica do espaço (CORRÊA, 2007). Por fim, temos o *processo*, que é definido como ações que se realizam de modo dinâmico e contínuo, visando um resultado qualquer, o que implica em tempo e mudança. Como bem coloca Corrêa (2007, p. 29), “processo é uma estrutura em seu movimento de transformação”.

Neste sentido, *forma*, *função*, *estrutura* e *processo* são termos que tomados individualmente representam apenas realidades parciais e limitadas, já que são termos disjuntivos associados, empregáveis segundo a realidade que se estuda (SANTOS, 1985). Atrelados a tal concepção de estudo do espaço, vemos ainda a relação entre o tripé técnica, trabalho e espaço, tendo em vista que



vislumbramos identificar na (re)organização do espaço da agricultura moderna concentrada na área de nosso estudo, justamente esta interrelação, destacando as transformações em termos de trabalho.

Sendo assim, nesta pesquisa, identificamos como *forma* os objetos geográficos implementados no contexto de viabilização e alcance de produtividade na cadeia carne/grãos criados no esteio da introdução de inovações técnicas no processo produtivo, a saber, máquinas, colheitadeiras, fábricas e edifícios, dentre outros. A *função* está no objetivo a ser alcançado com a utilização de tais objetos e da própria implementação da cadeia produtiva, que tem em vista a diversificação da produção e o aumento do lucro, exigindo para isto um trabalhador detentor de conhecimentos técnicos específicos. A *estrutura* é a própria conjuntura social e econômica identificada nos anos 2000, período em que se identificou uma “crise” na agricultura moderna da BR-163 mato-grossense, tendo como saída a instalação da cadeia carne/grãos, alternativa a esta crise. Por *processo* chamamos a história deste espaço, os eventos que desencadearam a instalação da cadeia carne/grãos e o seu atual estágio de desenvolvimento na área em estudo. Assim, sendo o processo, o movimento articulador da estrutura, acontecimentos ligados às políticas públicas indutoras da agricultura moderna implantadas na década de 70, a evolução da agricultura moderna, a “crise” do modelo monocultor devem ser citados e entendidos como fatos explicativos do processo de instalação da cadeia carne/grãos e de seu processo atual de expansão na área de estudo, o que se realiza a partir de novas demandas por trabalho, o que novamente nos permite retomar o ponto inicial: a interrelação entre técnica, trabalho e espaço.

Santos (2006) compreende o espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações, onde os objetos apresentam certa forma/aparência dotadas de determinadas funções associadas às estruturas. Os sistemas de objetos e de ações não se dão isoladamente, ocorrendo a partir de uma interação que se realiza em um quadro único no qual a história se dá ao compor um espaço de formas e conteúdos imbricados. Esta definição nos indica que, analisar o espaço no que se refere à modernização da agricultura, é avaliar os movimentos de reestruturação produtiva a partir da transformação do sistema de objetos com a produção de novos fixos e analisar um novo sistema de ações, que resulta em novos fluxos, ressaltando-se, sobretudo, as relações com o trabalho. Na verdade, o espaço é o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social) (SANTOS, 1988).

Conforme Santos (2006), os objetos geográficos, isto é, os objetos de interesse da geografia não compreendem apenas aos objetos móveis, incluindo, assim os imóveis, tal como uma cidade, uma estrada de rodagem, um porto, uma fábrica ou uma plantação. Para o autor, portanto, objeto é tudo o que existe na superfície terrestre, é o que se cria fora do homem, tornando-se instrumento material de sua vida. No espaço geográfico deve-se levar em consideração todos os objetos existentes em uma extensão contínua, pois sem isso cada objeto sequer faz sentido (SANTOS, 2006).

Por outro aspecto, cada ação é um processo dotado de propósito, onde cada agente ao transformar, muda a si próprio<sup>4</sup>. É subordinada a todos os tipos de normas, demandando sempre um gasto de energia. Neste contexto, em meio à intensificação do processo de globalização/mundialização, o autor sinaliza que as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar, fato que aponta para a necessária distinção entre a escala de realização e a escala de comando das ações. E, de certo, essa distinção se torna essencial no meio técnico-científico-informacional, que alcança a agricultura moderna de Mato Grosso, já que Santos (1988) afirma ainda que as exigências em relação à organização espacial, do que podemos entender como articulação entre objetos e ações, se dão em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes.

As transformações espaciais ocorrem na medida em que novas ações são introduzidas, por e a partir da promoção de novos objetos ao mesclar-se à organização pré-existente. Tais objetos, conforme Santos (2006), são intencionalmente concebidos, fabricados e localizados para o exercício de determinada finalidade, expressando uma ordem espacial que também é intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, estes objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando uma perfeição maior que a da própria natureza. Assim, mediados pelas ações, é a partir dos objetos que se dá a velocidade do mundo, a velocidade e a intensidade da globalização/mundialização em cada ponto do planeta, isto porque, como afirma Santos (2006), o mundo hoje se encontra organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global.

O espaço geográfico é produzido de acordo com as demandas de quem o idealiza, viabilizando a realização de suas necessidades. Segundo Santos (2006), o espaço geográfico viabiliza a globalização/mundialização, que se

---

<sup>4</sup> Trata-se, aliás, de uma das idéias de base de Marx e Engels, quando, por meio do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, o que provoca mudanças no próprio homem. Assim, ao passo que o homem transforma o que lhe é externo, muda a si mesmo (Santos, 2006, p. 78).

expressa no espaço de forma desigual, atendendo aos interesses de poucos, sobretudo, dos atores hegemônicos.

Segundo Moreira (1999), o espaço em Santos (2006) é o resultado da ação e do objeto articulados, dialeticamente integrados em um sistema. Não é uma teoria da ação pura, já que a ação não só se exprime, mas se realiza no objeto. Assim, o autor conclui que o objeto em Santos tem autonomia de existência, mas não de significação. O que ele é depende das interrelações com o todo. Na ação está a intencionalidade, o que dá sentido e ligação ao objeto, uma essencialidade carregada pela técnica em forma de divisão de trabalho.

A técnica é datada por seu uso, tendo em si o conceito de produção, de tecnologia de uma conjuntura espaço-temporal. Em consonância com Moreira (1999), entendemos que para Santos (2006), mais do que artefato ou medição na relação homem-meio, a técnica é o processo construtivo do espaço, feito território. Assim, técnica e espaço vivem uma relação recíproca de constituição e, por isso, a técnica só existe como meio-técnico, meio-técnico este que se realiza a partir do trabalho e que em sua complexidade atual, se expressa como meio técnico-científico-informacional. É justamente esta intrínseca relação entre técnica (meio técnico-científico-informacional), trabalho e (re)organização espacial que estamos tentando estudar no contexto atual da agricultura moderna da área concentrada da BR-163 em Mato Grosso, tendo como referência a instalação da cadeia carne/grãos.

No que tange a tal contexto, a busca por lucratividade promove, através de novos processos, mudanças nas relações sociais de produção e (re)organizações espaciais pautadas, sobretudo, na emergência de novos padrões tecnológicos, selecionando áreas que assegurem as condições ampliadas de reprodução do capital ao trazer à tona a importância da técnica como meio instrumental utilizado para a criação e recriação deste espaço (CARDOSO, 2008). Bernardes (2001, p. 246) acrescenta que “a relação entre espaço e técnica se dá mediada pelas relações sociais de produção, já que estas são condição geral da produção do território e da renovação da base técnica da produção”.

Vale dizer que a importância do conceito de espaço, onde o movimento é fundamental, assim como em Santos (2006), também pode ser apreendida na obra de David Harvey (2004) e Edward Soja (1999 e 1993). Estes ressaltam a importância do espaço na atualidade, apontando para a necessária retomada de discussões envolvendo o materialismo histórico e dialético de Marx. Neste sentido, Soja defende o que chama de “materialismo histórico geográfico”, uma

“trialética” – “*trialectic of spatiality-sociality-historicity*”- que dá importância à interrelação entre o espaço, a história e a sociedade (Soja, 1999, p. 262). Identifica na centralidade do espaço uma importância comparável à que se deu à história e ao tempo em outro momento, o que denomina de “*spatial turn*”, virada espacial (SOJA, 1999).

Em sua obra - *The production of space (A produção do espaço)* - Lefebvre (1994), um dos grandes inspiradores de Milton Santos, dando valor central ao espaço no estudo da sociedade e de sua reprodução, propõe a análise do espaço como produto social. Defende o estudo da produção do espaço em detrimento do seu exame como mero resultado, deixando implícito o dinamismo de seu processo de produção. O espaço é um produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, da descrição empírica, antes de qualquer teorização (LEFEBVRE, 2008).

Há distintos ritmos e ininterruptos movimentos, há história na produção do espaço. A produção do espaço é processual. Segundo Lefebvre (1994), o espaço compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas políticas, constituindo-se na expressão material e imaterial das relações sociais, já que, simultaneamente, é abstrato e concreto. Assim, as relações espaciais são consideradas, não mais separando o espaço geográfico de outras dimensões, como a econômica, a política e a social, mas, buscando considerar a articulação entre estas<sup>5</sup>.

Doreen Massey (2008) vai ao encontro dessa abordagem do espaço, sinalizando o caráter relacional e processual de sua construção. O espaço é (re) produzido por e a partir de movimentos contínuos, abertos, múltiplos e relacionais. É não acabado e está sempre em devir. Neste sentido, seus elementos estão eles próprios impregnados de temporalidade.

Retomando Santos (2006), vemos o espaço como uma realidade relacional. Deve ser entendido como um híbrido, uma vez que participa igualmente da condição do social e do físico (Santos, 2006). A produção do espaço é o resultado da ação humana sobre o próprio espaço através dos

---

<sup>5</sup> Entendendo o espaço como produto social, Lefebvre (1994) propõe uma análise a partir de três dimensões espaciais: a prática espacial ou espaço percebido, as representações do espaço ou espaço concebido e os espaços de representação ou espaço vivido. Respeitadas as limitações de se chegar à totalidade do espaço, aponta, portanto, para o necessário diálogo entre estas dimensões. Em linhas gerais, a prática espacial (espaço percebido) se refere ao mundo experimentado de maneira direta, trata do mundo das interações dos seres humanos com a materialidade. A representação do espaço (espaço concebido) é o mais subjetivo e imaginado, mas, simultaneamente, influencia as práticas sociais. Em geral, suas determinações são por nós assumidas sem qualquer reflexão, é o espaço dominante. Por sua vez, o espaço de representação (espaço vivido) é o resultado da associação da prática espacial e da representação do espaço, isto é, o nosso mundo vivido (LEFEBVRE, 1994, FERREIRA, 2007 e RUA, 2007).

objetos “naturais” e “artificiais”. Deve ser compreendido como a simultânea “existência da disposição física das coisas e práticas sociais que ali ocorrem”, sendo o arranjo espacial uma linguagem decodificadora deste espaço, da sociedade (GOMES, 1996, p. 38).

Constituído a partir de uma complexa relação entre elementos naturais, políticos, sociais, econômicos e culturais, o espaço que é um híbrido e/ou uma totalidade, se tomado isoladamente se transforma em uma abstração vazia (SANTOS, 2006). Enquanto híbrido, o espaço é espaço por se fazer a partir do cruzamento de “coisas” diferentes. É a forma-conteúdo, que não pode ser considerada apenas como forma, nem meramente como conteúdo. A idéia de forma-conteúdo liga o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (SANTOS, 2006). Este caráter híbrido do espaço é destacado por Sarah Whatmore (1999) ao repensar o “humano” no contexto da Geografia Humana, destacando a abordagem relacional do espaço<sup>6</sup>.

*(...) I see as some key dimensions of a hybrid geography which recognizes agency as a relational achievement, involving the creative presence of organic beings, technological devices and discursive codes, as well as people, in the fabrics of everyday living (WHATMORE, 1999, p. 26).*

O espaço passa a ser visto como resultante da interação de vários agentes sociais e, uma vez produzido, dialeticamente passa a atuar como um condicionante no processo de reprodução das relações que o criaram e de outras. Não é simplesmente natural ou um mero receptáculo.

O sistema produtivo instituído, a tecnologia e as adaptações ambientais realizadas são orientadas para responder aos fins da acumulação, delineando novas organizações, isto é, (re)organizações do espaço. Há a intensificação do processo de produção e refuncionalização de espaços apropriados para se atingir determinados fins no contexto do processo de reprodução do capital como o que vem ocorrendo com a instalação da cadeia carne/grãos. Essa “organização espacial” se faz a partir das relações de poder hierarquizadas e as representa (LEFEBVRE, 2008).

Cada vez mais se destina o espaço à troca, compra, venda ou consumo (FERREIRA, 2007). O incremento técnico vem intensificando o “domínio” sobre a natureza, o que reafirma a importância da natureza e, por conseguinte, a não

---

<sup>6</sup> Nesta direção, mas não somente com este sentido Lefebvre (1994) trabalha com a idéia de teoria unitária.

dicotômica relação entre esta e a sociedade (GONÇALVES, 2006). Para o autor, as explicações relativas ao desenvolvimento das sociedades se encontram nos processos nelas gerados, sobretudo, nas relações de poder e nas técnicas instituídas. O espaço modificado é um dos produtos desses processos. Nesta direção, podemos afirmar que as diferenciações sociais precedem e “pré-determinam” transformações da natureza.

Os atores hegemônicos, detentores de informação e conhecimento acabam por impor a sua lógica, utilizando-se das redes estabelecidas e dos espaços territorializados e se estende aos espaços menos favorecidos. Por este motivo, como indica Santos (2006), os espaços da economia nacional se transformam em espaços da economia internacional, uma vez que as grandes firmas e empresas adquirem cada vez mais poder de intervenção nos mercados nacionais, conforme temos visto acontecer também no contexto da cadeia carne/grãos em Mato Grosso, com a atuação de importantes conglomerados internacionais (CARDOSO, 2008). Entretanto, o Estado não deixa de ter papel de relevo, mas ao contrário, intensifica sua atuação mediante os organismos internacionais, mediando os interesses do capital ávido por lucros imediatos e os interesses nacionais (GONÇALVES, 2006).

O espaço, construído a partir das ações de distintos atores sociais, que atuam e influenciam desigualmente o processo de produção do espaço geográfico em diferentes momentos históricos, ganha significado através das práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas, aparecendo como síntese dessas múltiplas relações (GONÇALVES, 2006). Expressam e formam o legado de uma sociedade.

A verdadeira finalidade da produção humana consiste na produção das relações sociais, a construção das formas de convivência (VIEIRA PINTO, 2005). A produção e a (re)produção do espaço não podem ser separadas. Portanto, a consciência do processo de produção do espaço pode se converter em um poderoso instrumento de mudança social. Para mudar a sociedade temos que produzir um novo espaço, passando a “resgatá-lo” como força de produção (LEFEBVRE, 1994)<sup>7</sup>.

Para pensar o espaço, é necessário considerar as mudanças em curso no processo de produção capitalista. A contemporânea fase técnico-científico-

---

<sup>7</sup> Especialmente a partir do documentário de Silvio Tender sobre o geógrafo Milton Santos: *Encontro com Milton Santos* (estreado em agosto de 2007), percebemos que o autor defende esta mesma idéia. Este documentário foi gravado seis meses antes de sua morte, ocorrida em 2001, baseando-se, sobretudo, na obra de Milton Santos intitulada *Por uma outra globalização*.

informacional se expressa por um significativo aumento na densidade das redes de circulação e de comunicação. Essas redes permitem a aceleração dos processos de integração produtiva, de mercados, financeira e de informações, o que aclara ainda mais o caráter central do movimento no conceito de espaço. Tal movimento, contraditória e simultaneamente, gera e se realiza a partir de processos de homogeneização e heterogeneização, integração e desintegração, ressaltando as diferenças e a própria desigualdade.

No que concerne ao interesse pela criação e (re)criação do espaço no Cerrado mato-grossense, a geógrafa Júlia Adão Bernardes (1996, 2005, 2006, 2007, 2008) em suas obras sobre os desdobramentos relativos ao complexo da soja e às estratégias implementadas pelos diversos agentes no referido espaço analisa a área a partir da introdução de novas técnicas no processo produtivo. Suas considerações são bastante amplas, abarcando as relações sociais de produção emergentes na área concentrada da agricultura moderna nos municípios sob influência da BR-163 mato-grossense, constituindo-se de importância ímpar para a elaboração e concepção desta pesquisa. Neste sentido, a autora afirma que:

(...) é nesse contexto de reestruturação geral do sistema capitalista e de emergência de novos padrões tecnológicos que procuramos compreender o espaço produtivo (...), apreender a nova organização da sociedade e as relações emergentes na área de expansão da agricultura moderna nos municípios sob influência da BR-163 matogrossense, onde vão se instituindo processos que envolvem a abertura de novas áreas, a implantação e articulação de atividades modernas, com destaque da cadeia carne/grãos, impulsionados pela dinâmica de reprodução do capital (BERNARDES, 2001, p. 14).

Esse espaço é, portanto, uma produção social em que produção e (re)produção não podem ser separadas. A busca pela produção de um novo espaço é uma das principais e efetivas estratégias de implementação de mudanças sociais, o que nos fornece elementos para refletirmos criticamente sobre uma determinada realidade produzida.

No espaço rural/urbano que estamos analisando, novas ações implantam inovações técnicas e novas sociabilidades, de modo que os agentes locais de produção agrícola têm, cada vez mais, um poder limitado do controle sobre o que é localmente produzido. O campo modernizado apresenta-se como o espaço dos novos cultivos e das novas associações produtivas, fundamentadas na ciência, na técnica e na dependência da informação sem a qual nenhum trabalho rentável pode ser possível (SANTOS, 2006). O espaço da cadeia carne/grãos em Mato Grosso deve satisfazer, através de infraestruturas técnicas

e informacionais, as condições para a máxima eficácia dos agentes ali presentes, afinal, não foi desprovido de intenção que estes escolheram esse recorte para os investimentos a serem realizados (BERNARDES, 2006).

Em consonância com Lefebvre (2008), entendemos que devemos passar da noção de produção das coisas no espaço à produção da pretensa totalidade espacial, tendo em vista que produção significa também e, sobretudo, criação:

O agente (...) imagina re-produzir, mas ele produz! (...) Toda codificação é portadora de uma perspectiva e da "produção" de um certo sentido (...). A mão acredita reproduzir, mas ela substitui" (Lefebvre, 2008, p. 26-27). Criação de obras (tempos e espaços incluídos) pelos e para os homens nas e pelas quais possam realizar e reconhecer a trajetória de formação do humano (LEFÉBVRE, 2008, p. 8).

Lefebvre (2008) afirma que o espaço não é nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, mas um intermediário entre estes dois. Lugar e meio onde se desenvolvem estratégias<sup>8</sup> e onde ocorre o enfrentamento delas. Foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. É político e ideológico. O espaço tornou-se instrumental, afinal nada tem de inocente e inofensivo, sendo fundamental:

(...) dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 2008, p. 8).

De acordo com o autor, no mundo das mercadorias, ao "comprar um espaço"<sup>9</sup>, o consumidor também adquire uma distância, um emprego do tempo. Como assinala o autor, o espaço envolve o tempo, recebendo valor de troca e valor de uso<sup>10</sup>. "O comprador também adquire um valor, uma *distância*, a que vincula sua habitação aos lugares: os *centros* (de comércio, de lazeres, de cultura, de trabalho, de decisão)" (LEFEBVRE, 2008, p. 128). Entretanto, o consumo do espaço difere do consumo das coisas por suas características específicas.

<sup>8</sup> Com base em Lefebvre (2008, p. 159), consideramos estratégia todos os recursos de um determinado espaço, dominado politicamente, que servem de meios para visar e atingir objetivos. As estratégias globais, por exemplo, são ao mesmo tempo econômicas, científicas, culturais, militares e políticas (2008, p. 159).

<sup>9</sup> O solo tornou-se mercadoria. O espaço recebe valor de troca. Indispensável para a vida, vende-se e compra-se espaço (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

<sup>10</sup> Nesse contexto, o valor de uso acaba por ser representado em termos hierarquizados: vantagens, capacidade de poder e de relação com o poder, meios e lugares mais ou menos prestigiosos (LEFEBVRE, 2008, p. 131).



A produção do espaço produz um espaço diferencial e relacional (LEFEBVRE, 2008). Segundo o autor, mesmo os lugares de lazer que, em um primeiro momento, parecem estar dissociados da produção, parecendo independentes do trabalho e “livres”, encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Tais espaços separados da produção, como se fosse possível ignorar o trabalho produtivo, são os “lugares da recuperação”. Perfazem um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que inclui a reprodução pura e simples da força de trabalho. Neste contexto, o tempo, mercadoria suprema, é vendido e comprado: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso. O tempo “perdido” não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele.

Em consonância com o autor, não se pode dizer que o espaço seja um produto como outro qualquer, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos. A produção do espaço não pode ser comparada à produção desta ou daquela mercadoria. No entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. O espaço está essencialmente ligado à reprodução das relações de produção, isto é, ao processo de produção das coisas e de seu consumo (LEFEBVRE, 2008). De acordo com o autor, a realidade urbana se generaliza. Trata-se da inevitável supressão da oposição entre a cidade e o campo. As relações de produção existentes se estenderam, se ampliaram, integrando, simultaneamente, a agricultura e a realidade urbana, ampliação que introduziu novos conflitos<sup>11</sup>.

Em suma, neste capítulo, argumentamos acerca da interrelação entre técnica, trabalho e (re)organização espacial, tendo como esteio as mudanças que vêm ocorrendo na área de estudo. Baseada no tripé formado pela técnica, pela ciência e pela informação, a instauração do segmento avícola da cadeia carne/grãos vem se realizando por meio da entrada de inovações técnicas voltadas para a otimização desta cadeia produtiva. O emprego de tecnologia de ponta nesta produção se expressa na entrada de novos fixos geradores de fluxos, que se realizam a partir de ações específicas.

A entrada de inovações técnicas não dispensa a presença de trabalhadores na produção, acabando por reafirmar sua centralidade. As

---

<sup>11</sup> O urbano se distingue da cidade porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo como: a centralidade, o espaço como lugar de encontro (LEFEBVRE, 2008).

relações de trabalho mudam, os sentidos do trabalho mudam, o trabalho muda, demandando um novo perfil de trabalhador, porém, sua importância permanece. As mudanças em termos de técnica e de trabalho se realizam, (re)produzindo o espaço, fora do qual as transformações técnicas e no mundo do trabalho não seriam possíveis. A técnica e o trabalho modificam-se, promovendo a (re)organização espacial.

Assim, no próximo capítulo, trataremos dos principais processos promotores da atual organização de nossa área de estudo, percorrendo com mais detalhes sobre as políticas públicas indutoras da agricultura moderna, da evolução desta e da maneira como passou a organizar este espaço, apontando para a “crise” do modelo monocultor, modelo técnico-produtivo anterior à cadeia carne/grãos.